

## MARTINICO PRADO: UM EMPRESÁRIO AGRÍCOLA NO INTERIOR PAULISTA<sup>1</sup>

Ana Carolina Vendrusculo de Sousa<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo foi elaborado valendo-se das bases metodológicas relacionadas à história local e à micro-história. Tendo como base o personagem histórico de Martinico Prado, este trabalho mostra, por meio de suas atividades políticas, uma parcela dos conflitos que se articularam entre monarquistas e republicanos no fim do século XIX e início do XX. Destaca também alguns de seus empreendimentos econômicos, apontando dessa forma as mudanças ocorridas neste período no contexto agrícola no interior do estado de São Paulo, principalmente no que diz respeito à estrutura administrativa das propriedades e na introdução do imigrante europeu como mão de obra livre.

**Palavras-chave:** Martinico Prado. História de São Paulo. Imigração. Micro-história.

### Abstract

This article was prepared drawing from the methodological bases related to local history and micro-history. Using the historic character of Martinico Prado, this article shows, through his political activities, a portion of which is articulated conflict between monarchy and republican to the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century. Emphasizes, too, some of its economic ventures, thus indicating changes in this period in the context of agriculture in the state of São Paulo, especially in regard to the administrative structure of the properties and the introduction of European immigrant as free workforce.

**Keywords:** Martinico Prado. History of São Paulo. Immigration. Micro-history.

### Introdução

Quando pensamos em analisar a história nossos olhos se voltam, às vezes involuntariamente, para o assunto de uma forma ampla, geral. Isso ocasionalmente pode nos levar a tirar conclusões generalizadas, causando a impressão de que a história se passou de maneira análoga em todo o país em um determinado período, deixando, assim, espaços de certa forma vagos e dificultando a ligação entre alguns fatos e assuntos pertinentes a distintos locais e períodos históricos. Por esse motivo, faz-se necessária a utilização da micro-história, pois reduzindo gradativamente a escala de estudo, aproximando o foco às localidades,

---

<sup>1</sup> Este texto está baseado em parte no Trabalho de Conclusão de Curso em História, apresentado ao programa de Graduação em História do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto – São Paulo.

<sup>2</sup> Licenciada em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Especialista em História, Cultura e Sociedade pela mesma instituição. Docente da rede pública do Ensino Fundamental e Ensino Médio de Ribeirão Preto.

conseguimos chegar a uma descrição mais realista dos acontecimentos e até mesmo do próprio comportamento humano<sup>3</sup>.

Sabendo da importância da História Local e como ela está ligada à micro-história, pensei em relatar alguns acontecimentos que talvez possam mostrar algumas particularidades do interior do estado de São Paulo, os quais levaram ao início de uma nova dinâmica econômica e a uma nova forma de administração agrícola, direcionadas aos moldes capitalistas de produção.

Para melhor exemplificar essas particularidades escolhi o personagem histórico de Martinico Prado. Deixo claro que sua presença neste trabalho não tem a finalidade de exaltar e glorificar suas atitudes em vida, mas de mostrar, por meio de seus empreendimentos, um novo perfil elitista que começava a surgir no final do século XIX e início do XX: um republicano que começou a enraizar seus princípios no período imperial aproveitando-se muito bem das influências monarquistas exercidas pela sua família; um ativista político que se fez presente contra um sistema de governo que atrapalhava os interesses dos cafeicultores e, conseqüentemente, os seus interesses; um fazendeiro adepto da modernização agrícola. Martinico foi, com certeza, um representante desses novos perfis sociais surgidos no final do Império e início da República que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento do interior paulista.

### ***Vida em família***

Abordar a vida em família deste personagem tem por finalidade demonstrar alguns aspectos peculiares à família Prado, cujos detalhes de caráter cultural relatam como esta família se enquadrava e/ou se diferenciava dos padrões da época.

Martinico Prado Junior, mais conhecido como Martinico Prado, nasceu na cidade de São Paulo, em 1843. Era filho de Martinho da Silva Prado e Veridiana Valéria da Silva Prado, a qual era sobrinha de seu marido – lembrando que casamentos de pessoas com laços de parentesco eram muito utilizados para aumentar os meios de acessibilidade e autoridade das famílias de maior importância das diversas regiões nacionais, como nesse caso da família Prado.

Falando de uma maneira geral, [...] os Prado alimentaram seus recursos confinados, em um grau significativo, no casamento endógamo, e que muitos, talvez a maioria dos casamentos foram racionalmente arranjados, com as considerações políticas e econômicas sobrepondo-se ao amor romântico.

---

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A História Escrita: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 136-137.

Enquanto o casamento endógamo contribuiu para a continuidade, o casamento exógamo reestruturou a família extensiva.<sup>4</sup>

Seus avós paternos eram o Capitão da milícia de São Paulo, Eleutério da Silva Prado, e Anna Vicência da Silva Prado, e seus avós maternos eram o Capitão Antônio da Silva Prado, conhecido como Barão de Iguape, e sua esposa, Maria Cândida de Moura, Baronesa de Iguape<sup>5</sup>.

Na infância, Martinico dividiu a maior parte do seu tempo entre a fazenda de seu pai, conhecida como Campo Alto, em Mogi Mirim, e a grande chácara da Rua da Consolação, em São Paulo, onde existia um casarão no estilo colonial junto a uma igreja. Seu pai era nessa época um renomado latifundiário, lembrando que nem sempre foi assim, pois os Prado, igualmente a algumas famílias que tiveram seus patriarcas aqui chegados no século XVIII, construíram fortunas por meio de muito esforço. No caso particular dessa família, o responsável por esse enriquecimento foi o Barão de Iguape, o qual exerceu atividades como caixeiro viajante, comerciante de açúcar, coletor de impostos, chegando a participar como acionista no Banco do Brasil e na Santa Casa de Misericórdia<sup>6</sup>.

Em 1860, aos 17 anos de idade, Martinico ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse ambiente, foi despertada a sua admiração por pensadores, como Martinho Lutero, e pelos “revolucionários” italianos do século XIX. Tais leituras, como ocorreu com muitos outros, ajudaram na formação de uma mentalidade, contribuíram para a construção de uma personalidade opositora ao sistema vigente, auxiliando na formação de um jovem ativista que não perdia oportunidades de expressar sua revolta e antipatia pelo sistema monárquico. Em 1865, fundou um jornal chamado “O Acadêmico”, no qual fazia críticas ao governo monárquico, e partiu para a campanha brasileira na Guerra do Paraguai<sup>7</sup>.

Após o término da Guerra do Paraguai, Martinico voltou à Faculdade de Direito de São Paulo para terminar seu curso. Formou-se em 1866 e, já no ano seguinte, atuou como Promotor Público em São Paulo. Sua pretensão era confrontar seus pares na sociedade. Além de toda diferença que veremos no âmbito político e econômico, Martinico fazia-se diferente também em aspectos culturais, defrontando-se com sua família até mesmo em pequenos detalhes, demonstrando realmente sua insatisfação e oposição a toda realidade que o cercava, atitude

---

<sup>4</sup> LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977. p. 73.

<sup>5</sup> AMORIM, Galeno (Org.). *Os Desbravadores*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001. p. 39.

<sup>6</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 35.

<sup>7</sup> AMORIM, op. cit., p. 40.

essa que passou a ser relativamente comum entre os jovens em meados e final do século XIX e que pode ser explicada, ou mesmo justificada, pela forma como então era estruturada a família. Em um período em que os matrimônios eram considerados eternos, seus pais, Martinho e Veridiana, passaram por uma separação; ele continuou a viver em sua fazenda no interior do estado e ela optou por uma vida urbana e tudo a que esta se propõe – passeios, festas, jantares –, mostrando assim a dualidade desta família, que ao mesmo tempo em que se intitulava conservadora, colocava em prática uma vida com atitudes completamente oposta ao seu discurso.

Em 1868 Martinico casou-se com Albertina e passou a residir no interior do estado de São Paulo, cuidando das fazendas de seu pai, a Campo Alto e a Santa Cruz. O casal teve 12 filhos e, até mesmo na vida íntima, na criação das crianças, diferenciou-se do restante da família, pois sua liberdade e informalidade foram postas em prática. Os relatos da governanta contratada por Martinico para cuidar das crianças, a alemã Ina von Binzer, confirmam esses fatos. Os filhos tinham total liberdade no que diz respeito aos modos, como também na relação com os pais<sup>8</sup>. Esses aspectos do cotidiano deste personagem demonstram que o comportamento e os costumes desta família eram totalmente distintos do que era imposto pela sociedade para a educação dos filhos na antiga São Paulo imperial, como relata Levi:

Os Prado eram relativamente arrivistas entre a elite do século dezoito, e, nos últimos anos, podiam se permitir ver o orgulho quinhentista pelas origens heróicas com o mesmo estonteante cinismo que se tornou uma notável característica da família.<sup>9</sup>

### **Política**

A família Prado destacou-se na política por um autêntico conservadorismo, processo iniciado pelo Barão de Iguape e que foi seguido por seu neto mais velho, Antônio, embora outros integrantes da família, como Martinico, adotassem uma postura contrária ao sistema monárquico. O que deixa claro como os Prado diferenciavam-se dos modelos tradicionais de família no período, fugindo do modelo monolítico e patriarcal que era o comum e aceito socialmente.

A primeira experiência política de Martinico Prado envolveu a ocupação do cargo de Procurador Distrital de São Paulo, em 1867. A permanência neste posto, porém, não durou

---

<sup>8 8</sup> LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977. p. 96.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 68.

muito tempo por conta do atrito entre republicanos e conservadores que estava extremamente presente na sociedade política naquele momento. Através dos acontecimentos decorrentes na vida de Martinico Prado, podem-se ressaltar as crises que afligiam esse período.

Até a metade do século XIX o Brasil era o único país da América Latina que continuava adepto do sistema monárquico como forma de governo. Esse fato pode ser explicado pelo processo de independência, e, por conseguinte, pela unidade territorial justificada pelas elites políticas por meio desse sistema, anulando, assim, toda e qualquer tendência a poderes locais<sup>10</sup>.

Todos esses acontecimentos levaram à cisão de várias linhas políticas, como foi o caso do Partido Liberal, cujos dissidentes formam o Partido Liberal Radical, que exigia reformas, maior descentralização do poder e, conseqüentemente, a autonomia das províncias, a extinção do Poder Moderador e a abolição da escravidão. Na medida em que aumentavam as dificuldades na implantação de mudanças, os integrantes do Partido Liberal Radical se organizam na formação de um novo partido para afrontar o poder dos conservadores. Este foi o Partido Republicano, o qual, como já era esperado, entrou em constante conflito com o Partido Conservador, sendo que esse último lutava a favor do Imperador e da ordem estabelecida.

Em meio a essa disputa, Martinico e seu irmão Antônio iniciaram um combate contra o mais forte líder do conservadorismo paulista, João Mendes de Almeida. A partir desse momento surgiram dois grupos conservadores, um liderado por Antônio Prado e outro liderado por João Mendes, fragmentando assim o poder conservador<sup>11</sup>.

Em 1873, na Convenção de Itu<sup>12</sup>, os integrantes do Partido Republicano Nacional de São Paulo organizaram o PRP. Desinteressado pelo apoio familiar – que estava atrelado ao irmão, Antônio –, Martinico buscou nas redes de amigos e da parentela o apoio político que precisava. Encontrou em José Alves dos Santos (padrinho de Eduardo Prado, um de seus irmãos mais novos), um companheiro partidário. Em 1876 assumiu a cadeira de vereador em Araras.

---

<sup>10</sup> VILA, Marco Antônio. *A queda do Império: os últimos momentos da monarquia no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. p. 09-16.

<sup>11</sup> Salientando que Antônio Prado era um participante do Partido Conservador, mas com certas distinções, pois acreditava na descentralização do poder e na integração partidária principalmente no que diz respeito ao crescimento de São Paulo, contrariando alguns ideais conservadores.

<sup>12</sup> O evento foi um congresso de fazendeiros e líderes políticos liberais insatisfeitos com as conseqüências político-econômicas desencadeadas pelo sistema monárquico. Nesse encontro foi criado o Partido Republicano Paulista (PRP), sendo que após este fato o movimento republicano ganhou força apoiando-se no poder econômico dos cafeicultores.

Os ideais políticos de Martinico acabaram por orientar seus projetos econômicos. Como um republicano fervoroso, acreditava na modernização e no progresso do país. Contudo, também defendia que isso só seria possível com a extinção da escravidão africana, pois para esses republicanos o modo de produção escravista era um dos principais fatores de atraso do país, tanto político como econômico<sup>13</sup>. Como consequência desse ideal, juntamente com outros fazendeiros, idealizou o uso da mão de obra livre na região de São Paulo, participando de inúmeras ações associadas ao incentivo da imigração europeia. Quando comprou a fazenda Guatapará (em 1882), por exemplo, empregou trabalhadores assalariados vindos da Bahia para limpar o terreno e em suas lavouras. Logo depois passou a utilizar famílias europeias, especialmente italianas<sup>14</sup>.

Desde 1871 havia certo entusiasmo do governo com a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil, com a chamada Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração.

Mas, observa-se que nesse primeiro momento, houve uma diminuição no número de imigrantes europeus. Colaborava para isso a forma como os imigrantes eram tratados no Brasil: como escravos; eram, também, desprovidos das oportunidades prometidas na Europa – lembrando que durante um longo período os dois, escravos e imigrantes, trabalharam lado a lado nas lavouras de café<sup>15</sup>. Além disso, existiam também falhas no próprio processo de contratação, posto que as embarcações traziam muitas crianças, idosos e até mesmo enfermos, que não serviam para o trabalho nas plantações de café e eram mantidos pelo fazendeiro, fazendo-o desembolsar muito com os devidos cuidados para com estas pessoas.

A Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, além de não ter os devidos critérios para as contratações, também falhava nos momentos de divulgação de trabalho no Brasil, utilizando falsas propagandas na Europa para iludir o trabalhador, fazendo com que este cultivasse esperanças de que no Brasil a vida seria um pouco melhor, e como sabemos, chegando aqui, não era bem o que eles encontravam.

Esses imigrantes encontravam uma vida difícil, muitas vezes não eram bem recebidos pelos fazendeiros e não tinham lugares apropriados para se instalarem. Por grande período trabalharam junto com os escravos ainda existentes nas fazendas e, na maioria das vezes, eram contratados por fazendeiros que, não sendo habituados a lidar com trabalhadores livres, tratavam-nos como aos seus antigos negros, maltratando e retirando-lhes qualquer tipo de direito que esses imigrantes poderiam vir a ter.

---

<sup>13</sup> MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 41-42.

<sup>14</sup> ROSÁRIO, Denise. *Guatapará: sua História, suas origens*. [S.l.: s.n.], 1998. p. 49-50.

<sup>15</sup> MARCOVITCH, op. cit., p. 41.

Desde 1871 a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração recebera autorização imperial para subsidiar a imigração. Porém, recrutadores inescrupulosos, contratos desrespeitados e um sistema que endividava os imigrantes antes de sua chegada ameaçavam a continuidade do processo<sup>16</sup>.

Em 1876, Martinico tornou-se sócio-fundador da Sociedade Promotora de Imigração. Tratava-se de uma entidade sem fins lucrativos com o objetivo de introduzir no Brasil o imigrante europeu<sup>17</sup>. Esta associação o impeliu mais tarde, precisamente entre 1878 a 1879, a atuar como Deputado na Assembleia Provincial de São Paulo, na qual defendeu uma série de medidas associadas à imigração de trabalhadores livres europeus, conquistando, também, uma melhor posição para o Partido Republicano na província, e fazendo algumas de suas reivindicações serem aceitas pela Assembleia. Martinico atuava diretamente nas contratações de trabalhadores, realizadas na Europa por meio de critérios pré-definidos: somente seriam contratados integrantes de uma mesma família, adeptos da religião católica, entre outras exigências.

Maria Luiza da Silva Prado, em sua obra biográfica, registrou no livro *In Memoriam* apontamentos interessantes sobre a posição desse homem diante da imigração de trabalhadores. A autora chama a atenção, por exemplo, ao combate que seu pai promoveu contra a imigração oriental, afirmava que os “chins” – modo como qual tratava os chineses – seriam uma “tragédia” para a sociedade brasileira, que seria levada ao atraso político e econômico novamente<sup>18</sup>.

Tal ideal se amparava na teoria do embranquecimento: pairava um grande medo na elite branca, medo de que os negros libertos inflamassem uma rebelião juntamente com os negros ainda escravos e que isso levasse a uma grande revolta, como ocorreu no Haiti<sup>19</sup>, onde os negros se rebelaram e acabaram matando todos os brancos que não conseguiram fugir. Isso

---

<sup>16</sup> MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 32.

<sup>17</sup> Vale lembrar que essa organização só começou a acontecer a partir do ano de 1876, quando foi fundada a Sociedade Promotora da Imigração, pois antes disso as contratações eram feitas de maneira aleatória. Dessa forma vinham idosos, inválidos, etc., o que acabava gerando muito prejuízo para os fazendeiros. Deixando também a desejar para os próprios imigrantes, que vinham para o Brasil sem a mínima garantia de um trabalho, de moradia e salários justos. Assim podemos dizer que, com o advento da Sociedade Promotora da Imigração, os fazendeiros tinham certas garantias, as de que não teriam prejuízos, pois seriam contratados somente trabalhadores saudáveis e aptos para o trabalho na lavoura de café, e por outro lado garantindo aos imigrantes contratos no quais tinham garantido o transporte da Europa até as fazendas de café, além de já partirem para o Brasil com o trabalho e com os salários acertados.

<sup>18</sup> PRADO, Maria Luiza da Silva. *In Memoriam: Martinho Prado Junior*. [S.l.: s.n.], 1996, p. 22.

<sup>19</sup> Colônia francesa de produção de açúcar, os escravos de origem africana compunham 90% da população da ilha. As lutas contra os colonizadores iniciaram em 1791 e levaram à independência do Haiti, primeira República da América Latina.

justificava a teoria de não aceitar a imigração oriental, pois a necessidade, no momento, levava a sociedade a querer um perfil que se aproximasse de um modelo branco, ocidental, e cristão. Essas ações deram início ao maior processo de imigração europeia jamais visto neste continente, sendo os italianos contratados em maior número.

### ***Economia***

Entre 1869 e 1888 Martinico precisou atuar em duas frentes: como político republicano e como proprietário de fazendas defensor do abolicionismo. Começou a tomar gosto pela vida no campo a partir de 1869, quando foi residir em uma das fazendas de seu pai, a Santa Cruz, na vila de Araras. Passou, então, a administrar também a fazenda Campo Alto, outra propriedade de seu pai. A consequência desse empenho na área agrícola foi um alto crescimento nas propriedades e das finanças da família. A partir dessa experiência é que Martinico sentir-se-á apto para a função de administrador e passará a exercer uma importante influência na região então chamada Oeste de São Paulo, marcada por intensa atividade cafeeira após o declínio do Vale do Paraíba, neste fim do século XIX.

Após ter vindo para as fazendas de seu pai na região de Araras e Mogi Mirim, decidiu se empenhar no “descobrimento” do chamado Oeste Paulista e verificar a potencialidade da terra para a plantação de café. Em Ribeirão Preto adquiriu as posses que originariam a fazenda Albertina (nome escolhido em homenagem a sua esposa). Nos relatos que teceu sobre estas terras nas cartas mandadas para seu pai e seu irmão mais velho, Antônio, observa-se que Martinico descreve a região como sendo composta por terras promissoras de grande produtividade e que dariam muita fortuna<sup>20</sup>. Poucos anos depois, o comércio cafeeiro aferia verdade às impressões de Martinico, posto que esta região passou a ser a mais importante do setor naquele momento.

Não por acaso, o envolvimento dos Prado na agricultura acabou desenvolvendo outras áreas econômicas, ampliando assim os meios econômicos aos quais a família tinha acesso. No século XIX a produção de café no interior paulista exigia uma rede de escoamento compatível com a produção, uma vez que as melhores terras ficavam além de Jundiaí, nada mais justo que se tivesse uma rede ferroviária que passasse por toda essa região. Para que isso acontecesse, um grupo de cafeicultores fundou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no ano de 1869, como relata Marcovitch:

---

<sup>20</sup> PRADO, Maria Luiza da Silva. *In Memoriam: Martinho Prado Junior*. [S.l.: s.n.], 1996, p. 17.



A gigantesca produção dos cafezais paulistas exigia a expansão da rede ferroviária em ritmo compatível. De início havia apenas a Santos – Jundiáí, mais conhecida com a “inglesa”. Inaugurada em 1865, seria até 1937 a única via de acesso ferroviário dos paulistas ao seu porto de exportação. As melhores terras da província, no entanto, ficavam além de Jundiáí e, para alcançá-las, um grupo de cafeicultores organizou em 1869 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.<sup>21</sup>

Em 1876 uma campanha desempenhada por Martinico resultou na passagem dos trilhos da Companhia Paulista por Araras, localidade que se destacava como grande exportadora de café. A ligação dos Prado com a Companhia Paulista foi tão intensa que muitos acreditavam que a empresa era uma propriedade da família. Esta crença tem razão de ser, pois, por meio de uma intensa rede de amigos e parentes associados a esta empresa, os Prado mantiveram o controle praticamente completo e efetivo da companhia.

Martinico também era sócio e proprietário de grandes casas de exportação, situadas, principalmente, perto do porto de Santos, sendo elas responsáveis pelo transporte, armazenamento e comercialização do café. Uma das mais conhecidas era a Companhia Prado e Chaves Exportadora, situada no Porto de Santos e cuja formação deu-se a partir de um relacionamento de parentesco entre as famílias Prado e Chaves.

Com relação ao desenvolvimento de outras áreas ligadas ao café, não podemos esquecer a indústria, principalmente a indústria têxtil, que está ligada a todo um processo de fabricação de sacos de tecido para guardar o café e conservá-lo por mais tempo.

### ***Fazenda Albertina***

Por volta de 1877, Martinico Prado, juntamente com um de seus amigos, Jesuíno de Melo, alcançou o distrito de Casa Branca, passando por São Simão até chegar à então Vila de Ribeirão Preto. Foi, então, instigado pela curiosidade de conhecer a tão falada terra roxa, considerada muito produtiva. Constatando a grande fertilidade do solo e imaginando um futuro promissor, Martinico escreve uma carta a seu pai (Martinho Prado) e a seu irmão mais velho (Conselheiro Antônio Prado), expondo as qualidades da região. No livro de Maria Luiza Prado, fica bem explicitada a visão de um futuro promissor para Ribeirão Preto e região:

---

<sup>21</sup> MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 42-43.

O futuro se encarregou de provar que esse entusiasmo pela zona de Ribeirão Preto em 1877 não tinha sido exagerado. Em 1917, 40 anos mais tarde, mostram-nos as estatísticas que este era o município cafeeiro mais importante do Estado de São Paulo. Com 37 milhões de pés de café.<sup>22</sup>

Com essa visão empreendedora sobre a região Martinico resolveu comprar, neste mesmo ano de 1877, uma propriedade denominada Fazenda Albertina, nome dado em homenagem a sua esposa, Albertina de Moraes Pinto. A fazenda era ocupada pelo cultivo do café, destinado ao consumo interno e, principalmente, à exportação.

Nesta fazenda encontrava-se uma sede central, onde se estabeleciam os proprietários. Tratava-se de uma casa grande toda avarandada que ficava próxima ao centro do território da fazenda. Este modelo foi muito utilizado pelos fazendeiros, tornando-se típica de época, sendo na maioria das vezes localizada em um ponto estratégico e ter os quatro lados avarandados propiciava ao fazendeiro uma visão privilegiada de sua propriedade, podendo, assim, controlar e observar tudo sem sair de sua casa.

Em um primeiro momento, entre os trabalhadores desta fazenda encontravam-se escravos, que foram trazidos no período áureo do comércio de cativos. Servindo-se dos casos ocorridos nas fazendas de seu pai, Martinico adotou um novo trato com os escravos, visando evitar revoltas, como as que haviam ocorrido em 1867. Afirmava que não se poderia extinguir de uma hora para outra a escravidão, mas também não poderia demorar muito o processo da vinda dos imigrantes europeus, pois essa pressa exacerbada fazia com que os dois trabalhadores, o escravo e o imigrante, trabalhassem concomitantemente em uma mesma lavoura. Segundo Marcovitch:

Como se vê, já em 1869, algumas concessões eram indispensáveis para evitar as revoltas dos escravos. Martinico mostrava-se mais progressista do que o irmão, mas nem por isso deixava de ser pragmático. Em 1878, apoiou a lei que proibia o deslocamento de escravo entre as províncias, mas, em 1882, bateu-se pelo seu relaxamento, argumentando que a região de Ribeirão Preto não poderia desenvolver-se sem que os fazendeiros de Minas Gerais viessem com seus escravos. Em suma, a posição dos dois irmãos era “devagar com a abolição e depressa coma imigração”. Como se sabe, durante vários anos os dois regimes conviveram. Em 1883, trabalhavam lado a lado em Santa Veridiana, Sessenta escravos de campo, cinquenta escravos de “feitoria” e 49 famílias de imigrantes.<sup>23</sup>

### ***Fazenda Guatapará***

---

<sup>22</sup> PRADO, Maria Luiza da Silva. *In Memoriam*: Martinho Prado Junior. [S.l.: s.n.], 1996, p. 17.

<sup>23</sup> MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 41.

Mesmo não sendo uma das maiores propriedades de Martinico Prado, a Fazenda Albertina conseguiu render-lhe. Acredita-se que foi com esses lucros que Martinico comprou em 1885 a Fazenda Guatapará<sup>24</sup>.

Essa fazenda consistia em seis mil alqueires e recebeu este nome devido ao Córrego chamado Guatapará que lhe corta as terras. Tal propriedade foi adquirida por uma quantia de aproximadamente 60 contos de reis e pertencera, até então, a João Franco de Moraes Otávio.

Ainda em 1885, mais de 280 alqueires de mata desta fazenda foram derrubados para que fossem plantados 2.500 pés de café. Para fazer este serviço, preferiu contratar trabalhadores vindos da Bahia<sup>25</sup>. Esses trabalhadores baianos foram utilizados apenas para a limpeza do terreno e para a preparação do solo, claro que esta última atividade sob a orientação de um agrônomo, sobre o qual falaremos mais adiante. No período situado entre 1883 e 1906, tal região se tornou a mais importante produtora de café do país. De acordo com Caio Prado Jr.:

É o oeste da província de São Paulo, centralizando-se em Campinas e estendendo-se numa faixa daí para o norte até Ribeirão Preto. Esta região era até fins do século XVIII muito pouco povoada [...] Em pouco tempo, se torna o grande centro produtor de café do país.<sup>26</sup>

A Guatapará contribuiu muito para essa efervescência da produção cafeeira, sendo considerada uma das primeiras fazendas organizadas nos moldes empresariais. Por algum tempo ela foi administrada pelo próprio Martinico, que pouco depois passou a exercer seu poder indiretamente, pois passou a administração dessa propriedade a um amigo, o italiano Giusepe Sartori, que assumiu diretamente as finanças da fazenda.

Em 1906, cogitava-se que era composta por seis mil alqueires de terra com dois milhões e cento e setenta mil pés de cafés plantados<sup>27</sup>. Suas terras eram divididas da seguinte forma: dois mil seiscentos e oitenta e oito hectares eram destinados à plantação de café, sendo esta a maior prioridade; quatrocentos e oitenta hectares eram usados para o cultivo de cereais e quarenta e oito hectares eram aproveitados na plantação de cana de açúcar.

A parte física era estruturada como o complexo de uma cidade. As terras da fazenda eram divididas em quatro partes: uma das partes denominava-se Marco da Pedra; outra

---

<sup>24</sup> LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977. p. 167.

<sup>25</sup> ROSÁRIO, Denise. *Guatapará: sua História, suas origens*. 1998.

<sup>26</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 164.

<sup>27</sup> ROSÁRIO, op. cit., p. 53.

chamava-se Brejão Grande; além de Monteiro e de Guatapará. Esses espaços em que a fazenda foi dividida poderiam ser comparados aos de bairros de uma cidade.

Constituíam esse território, mais ou menos uns quinhentos edifícios, destinados a casas de diretores, a casa para o armazenamento de máquinas, oficinas, depósitos, armazéns, farmácias, hospitais, grupos escolares etc. Em 1885 foi construído um prédio ao qual foi dado o nome de “Benefício do Café” e era empregado para armazenar o café de uma forma mais adequada, sem que se perdessem as safras, além de ser também utilizado para guardar as “máquinas de beneficiar o café”. A Fazenda Guatapará foi uma das primeiras a possuir um maquinário desse porte. Alguns anos mais tarde, a fazenda foi equipada com um engenho construído por italianos.

Sendo Martinico Prado um republicano fervoroso, além de abolicionista e de idealizador da Sociedade Promotora da Imigração, não poderia deixar de contratar para trabalhar nas suas lavouras os imigrantes europeus. Esses imigrantes eram trazidos pela própria Sociedade Promotora da Imigração<sup>28</sup>. O próprio Martinico viajava para a Europa, especialmente para a Itália, a fim de realizar essas contratações. A preferência pelos italianos para trabalhar nessas plantações não era aleatória, já que eram trabalhadores rurais no seu país de origem, o que facilitava o manuseio das terras no Brasil.

Coincidentemente a procura brasileira por trabalhadores italianos ocorreu no mesmo período em que a Itália passava por transformações socioeconômicas que afetaram e provocaram mudanças nas propriedades rurais, forçando, dessa maneira, os pequenos proprietários de terras a procurarem saídas para as dificuldades. A grande maioria das fazendas de café da região do então oeste paulista beneficiou-se com a mão de obra barata do imigrante. As fazendas de Martinico eram sempre algumas das que mais tinham imigrantes contratados, mesmo antes da abolição da escravidão em 1888<sup>29</sup>.

Por conta disso, foi preciso organizar uma colônia para esses imigrantes, para que eles ficassem bem instalados. Este espaço era composto por casas, depósitos, armazéns, farmácias e, até mesmo, residências que eram transformadas numa espécie de hospital. Após a decadência da fazenda, tal localidade originou a fundação de uma cidade, conhecida atualmente pelo nome de Guatapará, formando assim, por meio da mistura de italianos e brasileiros, uma cultura miscigenada, a qual é percebida até hoje nas cidades do interior de São Paulo, que, em sua maioria, foram fundadas e formadas por essa mistura do imigrante, do brasileiro e também do negro liberto que aqui fez seu lar.

---

<sup>28</sup> MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 41-42.

<sup>29</sup> ROSÁRIO, Denise. *Guatapará: sua História, suas origens*. 1998. p. 54.

### **Fazenda São Martinho**

Considerada uma das maiores fazendas do sudeste do país, a São Martinho já possuía uma grande produção cafeeira antes de ser adquirida pela família Prado. Mesmo tendo duas fazendas para administrar, a Albertina e Guatapará, Martinico Prado se interessou por essa propriedade, localizada no que é hoje a cidade de Sertãozinho, embora se mostrasse receoso quanto ao investimento. Não querendo se arriscar sozinho acabou adquirindo-a em sociedade com seu irmão, o Conselheiro Antônio Prado, e com seu pai, Martinho Prado. Seu pai entrou com 50%, enquanto coube a ele e seu irmão contribuir com 25% – cada – do investimento.

O território da fazenda São Martinho era composto por cerca de 12 mil alqueires, possuindo, em média, 3,4 milhões de pés de café. Esta propriedade foi por pouco tempo administrada por Martinico Prado. Quem tomou a frente dos negócios por 40 anos foi o Conselheiro Antônio Prado, fazendo com que se tornasse uma das maiores propriedades que São Paulo já havia conhecido<sup>30</sup>.

Nessa propriedade dos Prado, a mão-de-obra utilizada para trabalhar a terra também foi a dos imigrantes. Esses trabalhadores não eram trazidos para o Brasil aleatoriamente, existia um rígido critério, para certas contratações. Como já foi dito anteriormente, a preferência para o trabalho nas lavouras dos italianos, que já vinham com uma certa experiência na área, havendo também, relatos de imigrantes alemães, que vinha com a função de agrônomos, tratando profissionalmente a terra para que o proprietário tirasse o maior proveito da mesma<sup>31</sup>.

Esses imigrantes concentravam-se na colônia, que era situada na região hoje de Pradópolis, onde na medida em que formam se instalando, começaram a construir casas, armazéns, lugares apropriados para a diversão em suas horas de lazer, para as típicas festas dos colonos, as quais não aconteciam apenas na São Martinho, mas sim, em todas as fazendas em que seus donos compartilhavam do pensamento de Martinico e que aderiram a esses trabalhadores, que eram livres para fazerem o que bem entendiam nas suas horas de folga<sup>32</sup>.

Essa fazenda foi de grande importância para a formação da cidade de Pradópolis, pois, como na Guatapará, também, a miscigenação do brasileiro com o imigrante formou um sotaque diferente, costumes locais e certos valores que talvez só iremos encontrar nessa região e em outras com essas particularidades.

---

<sup>30</sup> AMORIM, Galeno (Org.). *Os Desbravadores*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001. p. 42.

<sup>31</sup> ROSÁRIO, Denise. *Guatapará: sua História, suas origens*. 1998. p. 54.

<sup>32</sup> PRADO, op. cit., p. 23.

### **Considerações Finais**

Procurei por meio deste artigo relatar algumas particularidades da região chamada, no século XIX, Oeste Paulista, que hoje engloba Ribeirão Preto, Sertãozinho, Guataparã, Pradópolis etc., valendo-me, para tal feito, das bases conceituais da micro-história e da história local. Utilizei a figura de Martinico Prado para demonstrar o perfil de um homem que se opunha a todas as ideias, sistemas políticos e econômicos que comandavam este país até aquele momento, e que possuía fôlego suficiente para iniciar as mudanças que viriam afetar a realidade daquela sociedade.

Neste artigo, como já foi demonstrado, visei acender as ideias do estudo da micro-história, sendo que essa encontra-se essencialmente fundamentada na redução da escala de observação<sup>33</sup>, sendo possível através desse estudo localizado ampliar as dimensões de certos fatores, aproximá-los um pouco mais da realidade e assim relacioná-los com o todo, com a conhecida história global. Partindo dessa forma da micro-história para a macro-história, sem subjugar nenhuma das duas – o que poderia deixar falhas nos estudos direcionados, pois uma precisa da outra para se afirmar –, o estudo generalizado passa a ser muito mais real, pois encontramos resíduos fragmentados no espaço e no tempo, e esse resíduo fragmentado só pode ser considerado real se inserido no contexto histórico de um tempo e de um espaço<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977. p.136-137.

<sup>34</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e História: questão de método*. p. 20. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 18 mar. 2008.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Galeno (Org.). *Os Desbravadores*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- LAPA, José do Amaral. *A economia cafeeira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A História Escrita: novas perspectivas*. Editora UNESP: São Paulo, 1992.
- Livro de relação dos estrangeiros contratados pela fazenda Guataparã. Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.
- MARCOVICHT, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARTINS, A. M. V. *Um Império a construir, uma ordem a consolidar: elites políticas e Estado no sertão*, Franca – São Paulo. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1970.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PRADO, Maria Luiza da Silva. *In Memoriam: Martinho Prado Junior*. [S.l.: s.n.], 1996.
- ROSÁRIO, Denise. *Guataparã: sua História, suas origens*. [S.l.: s.n.], 1998.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Região e História: questão de método*. p. 17-49. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 18 mar. 2008.
- VILA, Marco Antônio. *A queda do Império: os últimos momentos da monarquia no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- WALKER, Thomas W. *Dos Coronéis à Metrópole: Fios e Tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto, SP: Palavra Mágica, 2000.